ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-08-03	
O Secretário da Mesa	
Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Idália Salvador Serrão (Assinatura Qualificada) Date: 2017.08.03 09:52:56 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4917 / XIII (2 .ª)

Assunto: Obras no IP3

Destinatário: Min. do Planeamento e das Infraestruturas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

No dia 10 de abril p.p., o Diário de Notícias publicou uma notícia, na sua edição online, com o título "Solução para IP3 é «absoluta prioridade» nacional", de acordo com o Senhor Ministro-Adjunto.

No texto pode ler-se que *"o ministro-adjunto […] defendeu hoje que é de absoluta prioridade nacional encontrar uma solução para o Itinerário Principal 3 (IP3) […]. É fundamental […] que se encontrem soluções também para o IP3 que, provavelmente, é a estrutura dessa natureza em que há absoluta prioridade a nível nacional, bem como desenvolver aquilo que é um investimento de natureza ferroviária, que é uma prioridade absoluta"*.

Já anteriormente, a 4 de janeiro de 2017, a Infraestruturas de Portugal garantia à TSF que, *"ao longo de 2017, o IP3 vai receber obras de conservação no valor de um milhão de euros. Dinheiro que «servirá para estabilizar taludes, melhorar o piso e a sinalização»"*.

No entanto, em julho p.p., o Senhor Presidente da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), quando de uma audição no Parlamento, admitiu que, devido a cativações de 361 milhões faltavam verbas para a rede rodoviária e que não era possível à IP cumprir o orçamento previsto para 2017.

Para além dos sucessivos alertas deixados por utilizadores, autarcas e elementos da Proteção Civil, por causa dos muitos acidentes que ocorrem naquela via, na semana passada surgiu, nas redes sociais, mais um alerta com uma foto (em anexo) onde se pode constatar do elevado estado de degradação em que se encontra o piso (a foto foi tirada no sentido Viseu/Coimbra, depois do nó da Espinheira/Penacova).

O IP3 foi construído há mais de 30 anos e há muito tempo que esgotou a sua capacidade de resposta e não corresponde às necessidades e para o tráfego que todos os dias regista. A

sinalização é sinalização horizontal quase invisível, o piso está altamente degradado e a estrada tem poucos espaços para ultrapassagens em segurança.

Os números indicam que diariamente circulam no IP3 mais de 18 mil veículos, sendo uma via muito utilizada por pessoas que vivem em Viseu e trabalham em Coimbra, e vice-versa, e também por muitos veículos pesados de transporte de mercadorias com sentido a Espanha.

Em 24 de fevereiro de 2016, o Grupo Parlamentar do CDS-PP questionou o Governo sobre a construção da Via do Infante, tendo tido como resposta do gabinete do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, datada de 1 de abril de 2016, que *"atualmente, a definição aprofundada ao nível da viabilidade desta Via segundo diversas vertentes técnicas e de corredores alterativos de traçado, está já em elaboração. Em paralelo, a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) tem estado a recolher as posições dos vários municípios e entidades interessados, para integrar no Estudo Prévio da Via dos Duques/IP3, ao qual se seguirá o processo de avaliação de impacto ambiental. O processo de definição dos corredores, no âmbito do estudo prévio, vai envolver uma análise participada, tendo a IP convidado as entidades interessadas a apresentar propostas, definir pontos de atratividade e manifestar as suas preocupações. As várias participações integrarão o desenvolvimento do estudo prévio"*.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Tem V. Exa. conhecimento do estado de degradação em que se encontra o IP3 (conforme se pode comprovar na foto em anexo)?

2- Para quando está previsto o arranque de obras de manutenção e conservação do IP3, supostamente para serem realizadas "ao longo de 2017", conforme declarações da Infraestruturas de Portugal em janeiro deste ano?

3- Estando já no segundo semestre de 2017, e face ao elevado estado de degradação do IP3, não considera V. Exa. que essas são obras urgentes e de "prioridade absoluta" conforme afirmou o Senhor Ministro-Adjunto em abril último?

4- Confirma V. Exa. que os 361 milhões de euros em cativações impostas à Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) estão a prejudicar a realização destas obras, anunciadas no início do ano?

5- Em que ponto estão os estudos técnicos e o processo de auscultação dos vários municípios e entidades interessados na construção da Via dos Duques/IP3, referidos pelo gabinete de V. Exa. em resposta a uma pergunta do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em abril do ano passado?

Palácio de São Bento, 2 de agosto de 2017

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

Existem anexos ao documento.

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.